

Indisciplina escolar na educação infantil

RESUMO

**Maria Aparecida de Souza
Luckmann**

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná,
Brasil.

Joice Maria Maltauro Juliano
joice@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná,
Brasil

O presente artigo tem como finalidade compreender a indisciplina escolar que atinge hoje muitas instituições de ensino, principalmente de séries iniciais do Ensino Fundamental. Vários fatores estão interligados a esta situação como a falta de limites, um trabalho diferenciado necessário a própria criança. A indisciplina hoje atrapalha muitos alunos na aprendizagem, até mesmo nos primeiros anos, como a Educação Infantil. Desta forma, a indisciplina atinge centros de educação infantil nos primeiros anos de vida, onde às vezes o professor acaba interpretando como uma deficiência. Para o desenvolvimento desse estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica que se baseia na análise do conhecimento de vários autores que abordam o assunto com mais ênfase e conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina. Educação Infantil. Deficiência. Leis.

INTRODUÇÃO

Esse estudo é uma ponderação teórica a respeito da indisciplina escolar e, delimitando a temática para a educação das séries iniciais do ensino fundamental por ser ultimamente nosso campo de atuação. O objetivo principal desta pesquisa é entender a indisciplina em sala de aula, como por exemplo, na Educação Infantil.

Atualmente a indisciplina escolar tem sido um dos amplos embates do sistema educativo, por isso, o coevo inciso pretende ponderar alguns aspectos desta problemática. Dentro deste foco, busca-se abranger a chamada “crise da autoridade docente”, relatada por alguns educadores em diversas escolas brasileiras (Schmidt, 1999). Se no passado a autoridade do docente era respeitada, hoje este modelo está falido, pois não consegue conter a indisciplina.

Educar crianças é uma missão maravilhosa, mas também é um grande desafio. A tarefa de educar crianças da faixa etária dos três aos cinco anos, ou seja, da educação infantil, tem uma importância inegável, pois a formação e o preparo desses seres em desenvolvimento vão refletir diretamente, no futuro, no que será sua vida adulta.

Muito além do conteúdo pedagógico, educar crianças pequenas abrange aspectos ligados à sua socialização, ao aprendizado da convivência, ao conhecimento e respeito às regras, a limites e direitos e deveres do convívio em grupo.

Sabemos, entretanto, que o educador da educação infantil enfrenta, a inúmeras barreiras para cumprir sua tarefa, que vão desde as limitações dos recursos nas escolas, (financeiras, de pessoal, de gestão, de material, de espaço físico, e outras.) até as dificuldades como espaço lidar com cada um dos alunos e com seus limites individuais, reflexo de como são educados e criados por pais e familiares, com seus valores particulares, sua crenças, seus graus de afeto. Isto nos leva a questionarmos o que realmente está levando jovens e crianças a serem violentos e indisciplinados.

As escolas particulares em geral, têm mais autonomia de gestão, mais recursos financeiros e pessoas para promover as transformações necessárias no seu ambiente educacional. As escolas públicas são mais limitadas em suas possibilidades de ação e em seus recursos, e muitas vezes, nem mesmo há funcionários disponíveis na quantidade e na qualidade que é necessário.

Contudo, não importa o tipo de instituição, toda participação de pais e da comunidade na escola é sempre muito bem vinda e altamente recomendada.

Dessa forma, este estudo apresenta uma análise do conceito de indisciplina como falta de limites do educando, apontando suas causas e consequências, propondo ações para um melhor comportamento no ato escolar, discutindo o papel da Educação Infantil no contexto da política educacional e da legislação vigente na escola pública brasileira. Faz considerações em relação à indisciplina e aprendizagem, determinando os fatores que a ocasionam, e por fim, estabelecendo princípios a serem atuados no que se refere à indisciplina na Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO E SUA CONDIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O assunto da indisciplina escolar é uma das questões bastante discutidas no contexto da educação na atualidade, uma vez que traz em sua totalidade, vários determinantes e entre eles estão os sociais, políticos, culturais, pedagógicos, entre outros.

[...] Estudiosos como Piaget enfatizam que a criança aos poucos e na sua relação com o outro e o meio vai construindo sua autonomia, que é um processo continua e nesse vários fatores estão ligados entre esses o papel da família e da escola. Neste coevo estudo, uma reflexão teórica a respeito da indisciplina dos educados na escola, delimita-se a problemática para a educação infantil, pois estudos têm revelado que a construção da autonomia da criança passa pela questão dos limites e da formação dos valores. Este vão progressivamente se consolidando nas series iniciais do ensino fundamental e por todo o processo de formação. Esse tema instiga esse grupo de educadores que tem a Educação infantil como campo de atuação e precisam saber como lidar com a organização da sala de aula de modo de criar e estabelecer com as crianças algumas normas disciplinares em sala de aula para que não reine a indisciplina em vários aspectos. (PIAGET, 1932/1934, p. 148).

No entanto, sabe-se que a família é a base principal da formação neuropsicológica de um ser humano, e se esta não entende a sua importância, obviamente causará danos gravíssimos na vida de um futuro cidadão, o qual com certeza levaram sequelas para o seu meio, e dependendo das sequelas teremos

um sujeito altamente desequilibrado, que muitas vezes, não respondera pelos seus atos.

Nota-se que em bairros carentes, onde predomina as banalizações e o custo de vida é difícil, ou seja, onde existem pessoas desempregadas, com fome e sem perspectiva de vida, a tendência ao desequilíbrio emocional e psicológico é enorme.

Existem crianças que o lar contém de tudo e oferece todos os meios para que esta se eduque, mas lamentavelmente o excesso acaba por contribuir para a indisciplina desta criança e então teremos ai, a falta de limites e regras, pessoas mimadas sem entendimento, que acham seu espaço pequeno e começam adentrar no dos outros.

A falta de um método disciplinar bem aplicado deixa a criança com dificuldades de se relacionar, porque ela passa a não respeitar as pessoas a sua volta, achando que sempre tem o controle sobre todas as coisas.

Muitos pais têm educado os filhos sem dar limites e sem autoridade, e isso acaba por se refletir na falta de respeito da criança pelo professor e pelas outras pessoas. O professor precisa estabelecer e assumir autoridade de professor na escola, para tornar viável a educação e a formação adequada da criança.

Mas atenção: autoridade não é autoritarismo. Assumir a autoridade não tem nada a ver com ser autoritário, usar gritos ou até violência, deve-se ter firmeza no momento de mostrar os limites às crianças, mas também ser amoroso na hora certa.

Os educadores, em alguns momentos perdem até mesmo o estímulo pela profissão, por não aguentarem alguns alunos, os quais, não respeitam ninguém, não tem limites e não querem obedecer nenhum tipo de regra.

Bem sabemos que a família é o meio, muitas vezes de ou quase sempre contribui para a questão da indisciplina, pois quando uma criança não quer receber ordens, respeitar regras e não quer ter limites, muitas vezes em seu lar, esta é assim. Então traz para a escola o espelho de casa.

Nesse sentido, buscamos trazer á tona as ideias dos diferentes sentidos que a indisciplina poderia e dependeriam de cada sujeito e do contexto em que estaria inserida, inclusive a questão da criança com déficit de atenção e hiperatividade, que por sua vez apresenta problemas em quatro áreas: Atenção, controle de impulsos, atividade motora e baixo limiar para a frustração, ou seja,

encontra grandes dificuldades em obedecer a regras, caracterizando-se como uma criança indisciplinada. Nesse aspecto crianças indisciplinadas podem ser hiperativas.

É muito importante lembrar que, os problemas causados pelo déficit de atenção e hiperatividade podem variar em peso de acordo com a criança e a forma como os pais e a escola lidam com o problema. Em relação á atenção, a criança apresenta dificuldade em se concentrar nas tarefas que deve realizar e costuma distrair-se com facilidade. Essa dificuldade, no entanto, não significa que ela seja “incapaz” de se concentrar. O problema com a criança hiperativa é que ela tem muita dificuldade de se controlar em situações que exigem planejamento e reflexão sobre consequências futura ou seguimentos de regras. Porém, isso não significa que a criança nunca vai conseguir fazer um planejamento ou se controlar diante das dificuldades, mas é de suma importância ressaltar que a família é fundamental para sua mudança disciplinadora, educação e desenvolvimento. (REGO, 1996)

A hiperatividade e déficit de atenção é um problema mais comumente visto em crianças e se baseia nos sintomas de desatenção (pessoa muito distraída) e hiperatividade (pessoa muito ativa, por vezes agitada, bem além do comum). Tais aspectos são normalmente encontrados em pessoas sem o problema, mas para ver o diagnostico desse transtorno a falta de atenção e hiperatividade devem interferir significativamente na vida e no desenvolvimento normal da criança (RHODE, 1999).

Seguindo o autor, o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDH) é um “problema de saúde mental”, “que afeta em torno de 3 á 6 % da população de crianças de 7 a 14 anos”, se manifesta muito cedo na vida da criança, mas é apenas no início da vida escolar, é que o sintomas revelam-se de forma mais perceptível, sendo visto como uma das causas da indisciplina, e suas manifestações podem ser confundidas com esta, ou um desenvolvimento inapropriado de hiperatividade, desatenção e impulsividade, nas crianças.

Na maioria das vezes o profissional reconhece esta defasagem ainda em idade escolar, quando a criança inicia atividades de aprendizado na escola, maia tarde com sérios problemas de conduta (mau comportamento) e problemas de trabalho e de relacionamentos com outras pessoas.

O TDH não se trata de uma sigla ou nomenclatura dada a um determinado comportamento humano, mas algo que ultrapassa o saber do senso comum direcionando a um estudo sistematizado e científico sobre o conceito de transtorno e déficit de atenção e hiperatividade (RHODE, 1999).

Pela Constituição Federal de 1988, pautada na educação em cidadania parece distanciar-se da reta escolar. Diante disso, é necessário pesquisar as causas da indisciplina a partir do estabelecimento dos princípios didáticos- metodológicos sobre a atuação docente, conscientizando, motivando o educador sobre a importância da teoria e prática do conhecimento, para uma abordagem significativa ao educando indisciplinado na educação infantil.

[...] O universo escolar enfrenta inúmeras situações problemáticas que se refere ao estudo de educandos, e entre elas destacam-se indisciplina. Este fenômeno tem preocupados muitos gestores, professores, pais e sociedade de modo geral. Todavia, a indisciplina pode caracterizar-se de diversas maneiras, em infinitas situações e de diferentes formas. (REGO, 1996, p. 89).

Sendo assim é necessário considerar o papel da Educação Infantil no contexto da política educacional e da legislação vigente na escola pública brasileira (Constituição de 1988), analisando a relação de indisciplina e aprendizagem, determinando os fatores que a ocasionam, estabelecendo assim princípios a serem atuados no que se refere a essa temática.

A principal questão desse trabalho é que, sendo a indisciplina escolar um dos grandes embates do sistema educativo, busca-se neste texto compreender a já citada “crise da autoridade docente” relatada por inúmeros professores em diversas escolas brasileiras.

Regras que se respeitadas pelos educandos e seus familiares no cotidiano escolar, acarretariam numa produção escolar de melhor qualidade.

[...] “Nas derradeiras décadas, tem ocorrido em vários países, inclusive no Brasil, uma “explosão didática”, ou seja, uma grande preocupação com o tipo de didática e metodologia de ensino que está sendo ministrada na sala de aula”. Isso se dá devido ao maciço investimento na qualificação dos docentes, tanto em sua formação acadêmica, quanto em serviço, num contexto aonde a família e a sociedade brasileira ao longo das décadas vem sofrendo mudanças radicais, principalmente quanto à educação, que por sua vez passou por reformas no ensino que generalizaram a escolarização e transformaram o sistema de formação docente e de atuação

das comunidades atendidas pelas instituições, assim como a ação dos próprios educandos. (PIMENTA, 2006, p 20).

Para esse autor, o sentido da educação vem há anos sendo empregada com dois sentidos: o social e o individual. O sentido social é a ação que as origens adultas exercem sobre as origens jovens, guiando sua conduta por meio da transmissão de um conjunto de conhecimentos, normas, valores, entre outros, aceitos pela sociedade. Surge então à escola, instituição social criada exclusivamente para alfabetizar. O sentido individual refere-se ao desenvolvimento das potencialidades e aptidões de cada indivíduo, tendo em vista o aperfeiçoamento de sua personalidade.

Nos dois sentidos a palavra educação, do verbo latino educarem, está conectada ao aspecto formativo, e é nesta questão que os educadores devem dedicar maior atenção, pois se, enquanto educação o processo pode ser feito sistemática ou as sistematicamente, no ensino a ação deve ser deliberada e organizada através de métodos adequados, orientando a aprendizagem dos educandos.

Pensando nessa sistemática que foi aprovada no ano de 1989, no Rio de Janeiro, a Constituição Federal de 1988, definiu alterações significativas na política educacional brasileira que possibilitaram a efetivação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394\96, que disseminou alterações na forma de gerir o sistema educacional, e democratizou as ações dentro das instituições escolares.

Segundo Brasil (1989), a Constituição Federal de 1988 foi promovida pelo Ministério da Educação (MEC) e publica pela fundação de assistência ao estudante (FAE), e seu foco estava em promover direitos constitucionais a toda à sociedade civil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases de Educação de Nacional. Sendo assim, o presidente da Republica Fernando Henrique Cardoso (FHC) faz saber que o congresso nacional decreta e ele sanciona a Lei Seção II Da Educação Infantil, ART.29,30 e 31 que legislam:

[...] A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da

família e da comunidade. Ela será oferecida em: i- Creche, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. I- Pré- escola, para crianças de quatro a seis anos de idade. E a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (CARNEIRO, 1998, p.34).

Diante dessa sistemática, percebemos que, seria de ótima qualidade o ensino educacional, levando em consideração que as famílias cumprissem seu papel de direito- “EDUCAR PARA A VIDA EM SOCIEDADE”, e a partir daí a escola cumpriria o seu – “ALFABETIZAR E COMPLEMENTAR A AÇÃO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE”. Porém, o que vemos é toda a responsabilidade de educação para a vida voltada à escola, algo que não é seu dever. As crianças têm chegado às instituições escolares totalmente indisciplinadas, dificultando o trabalho dos educadores. Inclusive, a falta de disciplina tem sido o marco da decadência dos conhecimentos significativos que a escola deve desenvolver e transmitir, pois o ato de ensinar se torna incompatível.

Estrela (2002, p.17) afirma que “a indisciplina relaciona-se intimamente com a disciplina e tende normalmente a ser definida pela sua negação ou privação, ou até pelo conflito proveniente da anulação dos sistemas estabelecidos”. Pode caracterizar-se de diversas maneiras, em infinitas situações e de diferentes formas. Como já foi citado, este texto enfatizava algumas situações em que a indisciplina entra em conflito com a autoridade docente, denunciando a desarmonia na relação entre educador e educação, que conseqüentemente afeta a aprendizagem.

Para Giglio (1999, p.187), as causas da indisciplina podem ter diferentes origens, e entre elas está o sentido da injustiça. O autor acredita que os educandos, quando entendem que tenham sido tratados de forma injusta, ou submetidos a regras, que em sua visão parecem injustas, tendem a defender-se de modo explosivo, indisciplinado, podendo até agredir fisicamente outra pessoa. Ainda que o docente, utilizando-se de sua autoridade, tende a repreender e avisar sobre a não atuação de tais manifestações, não obtém êxito. Isto porque, os educandos estão diante de um educador com autoridade que eles não reconhecem.

Segundo Chaves e Ferreira (2007), outro motivo significativo e constante que tem assolado as causas da indisciplina é a questão da criança com déficit de atenção e hiperatividade, que por sua vez apresenta problemas em quatro áreas:

atenção, controle de impulsos, atividade motora e baixo limiar para a frustração, ou seja, encontra grandes dificuldades em obedecer às regras, caracterizando-se como uma criança indisciplinada.

Segundo as autoras, a primeira referencia aos transtornos hipercinéticos na literatura médica aparecem na metade do século XIX, Entretanto, somente no início do século XX começou-se a descrever o quadro clínico de uma maneira mais sistemática.

[...] Por volta da década de 1940, o raciocínio baseia-se em lesão cerebral mínima. A partir de 1962, cunharam a utilizar o termo disfunção cerebral mínima, adotando-se que as alterações características da patologia pautam-se mais as disfunções em vias nervosas do que propriamente em lesões nas mesmas. Contudo, na década de 80, com surgimento da terceira edição do DSM-III, (Manual Diagnóstico e Estáticos de Desordens Mentais), cunhou-se o termo distúrbio de déficit de atenção, que podia ou não ser acompanhado de hiperatividade. Mas, como continuou o debate, em 1987, com a organização do DSM-IV, voltou-se a dar maior destaque à hiperatividade, alterando o nome da patologia para distúrbio de hiperatividade com déficit de atenção. Em 1994, o pendente voltou-se para o núcleo e a patologia passou a ser denominado distúrbio de déficit de atenção e hiperatividade. (PETRY, 1999, p.58)

No entanto, podemos concluir que a maioria dos casos de indisciplina que abrange as questões comportamentais, em respeitar regras pode-se observar como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDHA).

2.1 INDISCIPLINA OU DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Com os estudos feitos até agora, quando há uma criança inquieta ou agressiva no grupo, pela falta de aceitação em cumprir regras e normas, é sempre um grande desafio para a escola e suas famílias.

Por isso, a família e o professor devem analisar e acompanhar este estado de indisciplina, agressividade ou hiperatividade. Diante desse fato, deve-se observar se há progressão nas atividades, como ela brinca suas emoções e sua maneira de relacionar-se com os outros. Contudo, a hiperatividade é caracterizada com sintomas que são variados de mansos a graves segundo Chaves e Ferreira (2007, p. 03) diz que:

[...] O comportamento hiperativo pode estar relacionado a uma perda de visão e audição, a um problema de comunicação, com a incapacidade de processar adequadamente os símbolos e ideias que surgem, stress emocional, convulsões ou distúrbio de sono. Também pode estar relacionado á paralisia cerebral, intoxicação por chumbo, abuso de álcool ou drogas na gravidez [...] esses problemas devem ser descartados como causa do comportamento antes de tratar de hiperatividade da criança.

Para os autores, o comportamento hiperativo interfere na vida familiar, escolar e social da criança. As crianças hiperativas têm dificuldade em prestar atenção e aprender. Como são inábeis a filtrar estímulos, são facilmente distraídas. Essas crianças podem falar muito, alto demais e em momentos inoportunos.

Com isso, essas crianças não toleram frustrações, e elas também são muitas agarradas a certas pessoas, pelo fato de que precisam de muita atenção. É necessário argumentar que, os pais dessas crianças merecem muita consideração, é preciso ter muita paciência e vigor para amar e apoiar à criança hiperativa em todos os desafios e frustrações inerentes a doença.

Segundo Chaves e Ferreira (2007), a atenção que deve ser proporcionada para o aluno indisciplinado está em oportunizar um ambiente acolhedor, demonstrando calor e contato físico de maneira equilibrada e, se possível fazer com que os colegas tenham a mesma atitude.

2.2 A QUESTÃO DOS LIMITES: COMO ATUAR?

Segundo Schmidt (2008, p.06), a escola se queixa: “Esse menino não para! Parece que ele está sempre de cabeça no mundo da lua! Ele não consegue acompanhar porque não presta atenção no que faz! Esse menino precisa de limites!”

Quando os pais escutam esses comentários dos professores, uma pergunta muito séria eles se fazem: Até que ponto a energia ou distração do filho são normais, ou então são sinais de que algo errado está acontecendo. Crianças criadas sem limites tornam-se pequenas ditadoras, que manipulam pais e professores, depois na vida adulta terão dificuldades para se relacionar com as outras pessoas e respeitar normas de boa convivência em sociedade.

Pessoas prepotentes, rebeldes e até despóticas são sinais de que não houve estabelecimento de limites na sua educação. Crianças que crescem assim passam a desrespeitar pais, irmãos, professores e outras pessoas em geral.

Quando estiver na adolescência como consequência de uma infância na qual “podia tudo”, a criança passa a exigir que o mundo se dobre a sua vontade. O caso é que no dia-a-dia da sala de aula nos deparamos com alunos agitados, briguentos e de difícil convivência com os colegas, não querem participar das aulas, são alunos totalmente agressivos e sem limites, não querem deixar a professora ministrar suas aulas. Diante desse fato, percebemos que esse comportamento do educando vai para o meio social, e quando este indivíduo vai para a sociedade tem-se um chefe de família desequilibrado.

Por isso, segundo Schmidt (2008), muitas vezes cabe ao professor perceber a agitação do aluno, e se ela continuar devesse buscar ajuda da escola e em seguida encaminhar para outros especialistas da área.

De acordo com Travi (1999), o processo de avaliação da criança envolve: coleta de dados dos pais, com a criança e o professor. Deve-se para firmar o diagnóstico solicitar avaliação interdisciplinar, incluindo a neurológica infantil, psicologia e psicopedagógico.

Há alguns procedimentos conforme ressalta a escritora (1999), que a escola pode adotar a fim de minimizar as dificuldades de um aluno com este transtorno, que são eles:

- a) Reduzir ao mínimo os estímulos na sala de aula;
- b) Manter portas dos armários fechadas, a fim de que caixas, livros, e demais matérias ali existentes não distraiam a criança com suas cores, formas e tamanhos diferentes;
- c) Sentar esses alunos longe de janelas e portas, pois esses elementos são facilitadores de dispersão;
- d) Ter um número reduzido de alunos em sala de aula.

Essa sugestão não tem por objetivo defender a criança de todos os estímulos, mas sim, na medida do possível, criar um ambiente onde ela possa lidar corretamente com um número limitado de estímulos.

Outros procedimentos da escola são: ter atividade de ginástica que exijam coordenação de movimentos torna-se um local de apoio à família e à criança, para

que elas se sintam integrantes da sociedade escolar, apoiadas para o tratamento e respeitadas na sua diferença.

Contudo, segundo Werneck (2005), se considerarmos que a indisciplina de certo aluno não é um problema cerebral, mas sim que vem de caso, o que os professores devem fazer a respeito? Já que não tem como obrigarem os pais a educarem seus filhos, então cabe a escola criar ferramentas que torne o ambiente escolar um local agradável, em que todos possam conviver de forma mais harmoniosa possível, dentro das grandes limitações que nós, seres humanos temos para isso.

Segundo a revista Fafibe (2007), quem deve mudar? O professor ou o aluno? É claro que muitos educandos na escola e dentro da sala de aula são capazes de causar um verdadeiro caos. Mas não podemos esquecer que os tempos são outros. [...]. Além disso, com o grande fluxo de informação que existe hoje, os alunos tornam-se naturalmente inquietos, eles exigem movimentos, e em muitos casos, a escola não lhes dá.

O segredo está em cativar a atenção dos alunos através de diálogo constante, ter sensibilidade de ouvir seus alunos e ter condições de conseguir resultados significativos e duradouros com seu grupo. Porém, sabemos que esse sistema não é mágico e os resultados não acontecem de um dia para o outro.

Carita e Fernandes (1999) explicam que, quando falamos em indisciplina na sala de aula estamos falando particularmente do desrespeito do aluno em relação ao professor em sala de aula, pois a indisciplina perturba os professores, os afeta emocionalmente, mais até do que os problemas de aprendizagem com que habitualmente também tem que se confrontar.

Fundamentalmente a princípio, o professor deve procurar identificar os motivos da indisciplina. Muitas vezes, a indisciplina ocorre porque os alunos acham a aula cansativa ou porque não entendem o conteúdo. Em outras situações, a indisciplina ocorre a partir de uma situação de conflito de enfrentamento entre alunos e professores. Uma boa sugestão é criar algumas regras comuns para o funcionamento da aula. Dentro dessas regras podem constar: Levantar a mão e aguardar sua vez, fazer silêncio em momentos de explicação e falar num tom de voz adequado, entre outros. Com essas atitudes, o professor ganha o respeito de seus alunos, o que pode ser uma porta aberta para o diálogo com estudantes para buscar soluções adequadas para melhorar as condições de aula na escola. Carita e

Fernandes (1999) destacam que, através do dialogo, enquanto instrumento de ação reflexiva, podem ser resolvidas várias questões ligadas á indisciplina.

Sampaio (1997, p. 07) relata que, “para evitar tal situação, a ação da escola devera centrar-se na prevenção da indisciplina e não na forma de controlá-la”. Portanto, a escola quanto ao aluno indisciplinado, independente dos fatores que isso ocasiona, deve estar atenta a se preparar para essa problemática dos tempos atuais através de cursos. Assim, os professores estarão sempre preparados para atuar com precisão e qualidade, sabendo orientar com eficácia esse “tipo” de aluno.

2.3 RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

Segundo a Revista Fafibe (2007), “se há indisciplina dos estudantes nas escolas, certamente esse tipo de atitude tem raízes em experiências anteriores”, pois todo problema tem uma origem. O fato é que, se a indisciplina da criança não tem causas cerebrais - como é o caso do TDAH, então, segundo a revista, com certeza o convívio familiar contribui para que a criança tenha um comportamento inadequado e muitas vezes agressivo, nas instituições de ensino.

É de suma importância que a educação ativa formal seja dada pela escola. Porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai e pela mãe e pela própria criança. Se a escola exige o cumprimento das regras, mas o aluno indisciplinado tem a condescendência dos pais, acaba funcionando com um casal que não chega a um acordo quanto à educação da criança. O filho vai tirar o lucro da discordância pais x escola da mesma forma que se aproveita quando há divergências entre o pai e a mãe.

A participação dos pais na escola é fundamental para o bom desenvolvimento e a formação correta da criança. A partir dessa integração é possível que os professores avaliem e compreendam melhor as razões de determinados comportamentos do aluno. Além disso, essa integração dá aos pais novos referenciais sobre a maneira como a escola está educando seus filhos e quais são as necessidades reais da criança.

O que de fato prevalecerá na formação da criança é a atitude dos pais no dia a dia da família, são eles os responsáveis pelos princípios e hábitos incorporados à personalidade das crianças. Porém, é inegável que o professor

também exerce uma influencia grande em sua educação, da mesma forma que todo aprendizado em família vai influenciar o comportamento do aluno na escola.

Com um trabalho conjunto entre lar e instituição de ensino, os pais podem acompanhar melhor o desenvolvimento e as dificuldades do filho, e a criança se sente mais segura e integrada á vida escolar e da família. Por isso, os pais e professores se unem nesse objetivo e passam necessariamente por três estágios: tomar consciência dos problemas; levantar as informações necessárias, isto é, conhecer as possibilidades de solução; partir para a ação – preventiva ou corretiva-propriamente dita.

O próprio rendimento escolar do aluno ainda seu aproveitamento do que é ensinado na escola, fica comprometida.

Quando pais e professores agem com o propósito de realmente educar as crianças, tanto os pais colaboram com a escola por meio de novas ideias, e a escola poderá acrescentar novos pontos de vista á dinâmica familiar de seus alunos. Por isso, o segredo está em cativar o aluno através da dialética e\ ou direcionar sua família a procurar um profissional de psicopedagogia – se caso os indícios de sua indisciplina se mostra parecida com os sintomas de TDAH-, evitando assim atitudes de indisciplina.

Para Di Santo (2008), vários dispositivos legais são criados para fazer funcionar regras e leis como garantia de uma retaguarda ao desenvolvimento da criança.

[...] No entanto, a escola não está conseguindo dar conta dessa atribuição como deveria. Está descaracterizada, perdeu o eixo: Conhecimento, tradição. E isso está causando um mal estar nos professores que se sentem impotentes frente a estas demandas, tem que preparar o aluno para a vida, fornecer-lhe as ferramentas\conhecimentos com que poderá atuar para conduzir a civilização. Há uma idealização de um futuro sem referencia ao passado, sem uma aposta na criança. (DI SANTO, 2008, p. 79)

De outro lado, a autora percebe claramente que as medidas adotadas não têm atingido o âmago da questão, agindo mais como paliativo, para acalmarmos ânimos no momento das ocorrências de indisciplina. Segundo Di Santo (2008), essa questão se apresenta como uma série de produtos bastante díspares que vão desde os desentendimentos mais corriqueiros de se recusar a emprestar um simples material escolar ao colega, ao cumulo de destratar e ofender os

professores, seja com palavras ou atos agressivos, tais como: jogar bolas de papel nas costas do professor, colocar cola ou alfinete na sua cadeira, entre outros inúmeros desrespeitos.

Englobados ainda nesse contexto, destacam-se as agressões físicas entre alunos durante as aulas, com professores dentro da classe. A regra geral tem sido os alunos “não estarem nem ai”, a cada aula e o professor precisam conquistá-los numa relação franca, amistosa e cordial. Perdeu-se a noção de que a posição mais elevada na hierarquia escolar é ocupada pelo conhecimento e não pela simpatia do professor.

Di Santo (2008) afirma que causa estranheza o fato de que, quando a escola tem que justificar a reprovação do aluno que entrou com pedido de recurso na diretoria de ensino, para ser promovido para a série seguinte, mesmo sem dominar os conhecimentos mínimos indispensáveis para a continuidade dos estudos. Nestes casos, muitas vezes, a diretoria de ensino aprova o aluno, com isso o discurso pedagógico hegemônico permeia alunos que não tem condições de acompanhar os conteúdos da serie seguinte.

Os educandos, por sua vez, sentem-se amparados pela legislação, o que reforça as atitudes negativas de falta de estudo, de atenção, de disciplina. Porém, eles se lembram das cláusulas que lhes beneficiam com direitos e esquecem-se das que lhes impõem deveres:

O dever das instituições de ensino está pautado na LDB 9.394\96 em 12. Artigo e estabelece que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de:

[...] elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (DI SANTO, 2008, p. 89)

Diante desses fatos, a escola não pode abrir mão de sua responsabilidade quanto à questão da indisciplina escolar, seja ela hiperatividade e déficit de

atenção ou apenas falta de limites, que por sua vez, é um problema complexo, pois envolve a formação da consciência do sujeito, de seu caráter e da cidadania.

Di Santo (2008, p. 92) ressalta que:

[...] As escolas mais permissivas, que mais escutam os alunos, negociam, são também as mais violentas, como se pode apreender de pesquisas recentemente realizadas. Isso não quer dizer que os alunos não devam ser ouvidos em sua condição de estudantes, de sujeitos em formação. O que não dá é para seguir tudo o que dizem\ reivindicam como se fossem ordens a serem cumpridas. [...]. Não se pode perder a autoridade legitimada pelo conhecimento.

Neste ponto, é importante considerarmos que faz parte do desenvolvimento dos alunos irem contra o professor e a escola, ou seja, desafiá-los. Escola e professores é que precisam estar cientes de que os alunos estão em um exercício de diferenciação, buscando autonomia. Com isso, o que o conjunto da sociedade, em especial os educadores, deseja é uma disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, interação e formação do caráter e da cidadania, e quem são os primeiros modelos são os pais.

Di Santo cita que, há alguns anos atrás, quando se convidava um aluno a se transferir de escola, os outros ficavam assustados, e a disciplina da instituição melhorava, hoje não é bem assim, essa medida banalizou-se. Alunos e pais acham que tem o poder de reverter todas as decisões da escola, e muitas vezes isso acontece.

La Taille, em seu artigo “Autoridade na Escola”, diz que dois perigos estão no campo da educação e que:

[...] se a escola negar toda e qualquer capacidade de discernimento e singularidade intelectuais aos alunos, ela se arvora o direito de arbitrar indiscriminadamente sobre cada uma de suas condutas- eis o autoritarismo – e, em caso de fracasso por parte deles, longe de questionar suas pretensões e seus métodos, ela incrimina aqueles que fogem das normas: é indisciplinada, preguiçosa, retardada-eis a injustiça. Todavia se a escola negar que relação professor\ aluno é por definição, assimétrica, uma vez que o primeiro sabe coisas que o segundo deseja ou precisa conhecer, ela, em nome do igualitarismo de bom tom, paralisa-se e, por conseguinte, paralisam os jovens que a frequentam. (LA TAILLE, 1999, p.09-10).

Consequentemente é preciso que a escola cumpra seu papel de formadora e disciplinadora, que seus referenciais estimulam os jovens a não irem para a indisciplina, que eles se sintam respeitados e apoiados para retribuir com respeito e adesão.

2.4 A DISCIPLINA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Os centros de educação infantil (creches) são um espaço de educação. Por isso, precisam de professores com competências adequadas e ferramentas necessárias para que haja um planejamento adequado à turma e possibilitem aos alunos apreender os conteúdos simplesmente por aprender.

No entanto, o acesso das crianças às instituições pode cunhar numa angustiada ansiedade tanto para elas e para seus pais, como para os professores. As reações são as mais diversas e variam tanto em relação às emocionais quanto ao tempo necessário para se efetivar no processo. Algumas crianças podem apresentar-se diferente daquilo que normalmente revelam em seu ambiente familiar, e entre eles estão alterações como: alterações de apetite, retorno às fases anteriores do desenvolvimento (voltar a urinar), entre outras. Segundo Carita e Fernandes (1999, p.94) há todo um conjunto de indicações sobre comportamentos e atitudes que se tem mostrado eficazes, na orientação da relação com os alunos.

Outra questão que para nós tem sido significativa para a compreensão da realidade da criança é a entrevista de matrícula, que por sua vez pode ser usada para apresentar informações sobre o atendimento oferecido, os objetivos do trabalho e a concepção de educação adotada, que também é uma boa oportunidade para conhecer alguns hábitos da criança e para que o professor estabeleça um primeiro contato com as famílias.

Segundo Araújo (2008), quanto mais nova é a criança ou o bebê, maior é a ligação entre a mãe e o filho. Desde modo, não é apenas a criança que passa pela adaptação, mas também a mãe. Porém, antes de tudo, é preciso estabelecer uma relação de confiança com as famílias, deixando claro que o objetivo principal da instituição escolar é a parceria de cuidados e educação visando ao bem estar da criança.

O choro e a lamentação da criança, durante o processo de introdução à escola, parece ser o fator que mais aborrece e desenvolve a ansiedade tanto nos

pais quanto nos professores. Entretanto, parece haver também uma crença de que a choradeira é inevitável e que a criança acabará se acostumando, vencida pelo esgotamento físico ou emocional, conseqüentemente, cessando o choramingar.

Porém, para Araújo (2008), atrás da indisciplina há sempre um comportamento inadequado (desobediência, desrespeito, ou agressividade), e o caso da família, quando uma criança faz algo de perigoso e é agredida ao invés de orientada, pode se tornar agressiva e como consequência pode expressar sua revolta em forma de indisciplina. Pois, como diz Freire (1998, p. 78): “Disciplina pronta não existe, é preciso que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional (pais, alunos e escolas) participem da construção do sistema de disciplina”.

Quanto ao acolhimento de criança que passa por situações especiais, pode-se observar que, há famílias com problemas sérios ligados ao alcoolismo, violência familiar ou problemas de saúde e desnutrição que afetam o desempenho das crianças. Dessa forma, uma atenção especial deve ser atribuída a esse inocente. Porém, apenas quando a sobrevivência física e mental está gravemente afetada pela conduta familiar, ou quando a criança sofre agressão sexual, é possível pensar em uma ação mais agressiva para a suspensão imediata do comportamento agressor, admitindo-se em casos extraordinários, a condução dessas crianças para instituições especializadas bem longe do entendimento familiar.

Para Freire (1998), a escola vem estruturada com uma série de regras, diferentes da disciplina da família, e quer enquadrar todos nessa regra. A escola toma a disciplina como regra e não como objetivo educacional, como deveria. De acordo com Estrela (1994) o excesso de indisciplina na escola sugere que a instituição não está cumprindo seu papel. As escolas de hoje se dizem preocupadas com a formação cidadã dos alunos e propõem o ensino de regras e a convivência social. Por isso, a indisciplina ou o excesso dela demonstra fracasso no seu trabalho de socialização.

Segundo Freire (1998) existe pesquisas que demonstram que os alunos de periferia são os mais afetados por esse distúrbio na relação do aprendiz. “Isso é mais uma barreira, que se somam as outras que a gente já conhece”. (p. 45)

E com a saída das crianças da instituição escolar infantil, as famílias enfrentam do mesmo modo agitação. A passagem da educação infantil, para o

ensino fundamental representa um início expressivo para a criança, podendo assim criar ansiedades e inseguranças, de tal modo que o professor deve analisar esse acontecimento, estando disponível e atento para as questões e atitudes que as crianças possam demonstrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve como principal objetivo relatar a indisciplina na Educação Infantil de forma a destacar que na escola, a indisciplina se destaca e se manifesta de muitas formas, mas com certeza uma das mais difíceis de enfrentar é a absoluta falta de sentido para o estudo por parte dos alunos. A pergunta “estudar pra que”, nos parece, nunca esteve tão forte na cabeça dos alunos como agora. A famosa resposta dada por séculos, estudar para ser alguém na vida, chega a provocar risos nos alunos, ante a clara constatação de inúmeras pessoas formadas, porém desempregadas ou mal remuneradas.

Piaget (1932\1994) expõe que a família, no caso, os pais, tem muita responsabilidade sobre as dificuldades ou problemas apresentados pelos filhos e que, em investigação ou tratamentos, é quase sempre presente o fato de que, as crianças com situações problemáticas possuem consequências por causas de situações devido à lembrança de situações familiares negativas.

Mesmo defendendo que a escola deve lidar com o indivíduo com um todo, não defendemos que ela deva ocupar o lugar cabal da família na formação do indivíduo. Conforme Edyleine (2002), o acompanhamento psicopedagógico é importante já que auxilia no trabalho, atuando diretamente sobre a dificuldade escolar apresentada pela criança, suprimindo a defasagem, reforçando o conteúdo, possibilitando condições para que as novas aprendizagens ocorram e o educador consiga controlar a sala e desenvolver os conteúdos mais eficazes.

Assim, não se trata somente de focar o comportamento dos educandos. É necessário levar em consideração os vários aspectos de seu desenvolvimento psicossocial em relação à qualidade da educação oferecida pela família e pela escola. Dessa forma, seria interessante introduzir novas estratégias de estudo, desenvolvendo assim novas habilidades de desenvolvimento nos alunos.

Vemos então que, se a família cumprisse seu papel social educando seus filhos para serem aptos a viver em sociedade, respeitando as regras e normas igualitárias, seria mais simples e eficiente o papel e o trabalho da escola.

Por fim, é de suma importância analisar a necessidade de se estreitar as relações entre escola e comunidade. O avanço disciplinar nas instituições de ensino parece requerer um elevado grau de dialogo e relações democráticas com as comunidades a que antecedem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. Respeito e Autoridade na Escola. In: AQUINO, J. G. (org). **Autoridade e Autonomia na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.
- CARDOSO, S. **Estabelecendo Limites- Professor**, Porto Alegre: Cortez, 1998.
- AQUINO, J.G. **A indisciplina e a escola atual**. SÃO PAULO; 1998.
- CARITA, A.M. & FERNANDES, M.G.. **Indisciplina na sala de aula**: como prevenir? Como remediar? Editorial Presença: Lisboa, 1999.
- CARITA, A; SILVA, C ;HENRIQUES, D. **Professores, Alunos e mães**: As suas representações sobre a sala de aula. Lisboa: ISPA, 1996.
- CARNEIRO, R. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.
- DI SANTO, J.M.R.. **Infância, Psicanálise e Educação**. Àtica. São Paulo, 2008.
- ESTRELA, M. T. **Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto Alegre: Ática, 1994.
- FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão Democrática da Educação**: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.
- PIAGET, J. **O juízo Moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1932\ 1994.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M.S.L;. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PETRY, A. **Hiperatividade**: Características e Procedimentos básicos para amenizar as dificuldades. 1999.
- SAMPAIO, D. **Indisciplina**. Um signo geracional- 1997. Disponível em: www.iie.min.edu. Biblioteca. Acessado em 03.11.2015
- SCHMIDT, L, M; RIBAS, M.H; CARVALHO, M. A. **A disciplina na sala de aula**: educação e repressão. IN: D` ANTOLA, A. (org.). **Disciplina na escola: Autoridade x Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1999.
- LA TAILLE, Y. **Autonomia e identidade**. Revista Criança do Professor de Educação Infantil, Brasília, v. 35, p. 16-18, 2001.
- WERNECK, H. **Pulso forte e coração que ama**: A indisciplina tem jeito. ED. DP& A. Rio de Janeiro, 2005.

Recebido: 18 out. 2016.

Aprovado: 24 ago. 2017.

DOI:

Como citar: LUCKMANN, M. L. S. A. ; JULIANO, J. M. M. ; Indisciplina escolar na educação infantil. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 4832.

Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

